



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

31º EXAME

DE

SELEÇÃO

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2014 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Os direitos fundamentais funcionam como limites à atuação do Estado sobre a esfera dos indivíduos e podem ser divididos em gerações/dimensões. Segundo a referida classificação, pode ser considerado de 1ª dimensão o direito:

- (a) à liberdade religiosa;
- (b) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- (c) à educação;
- (d) à moradia;
- (e) à saúde.

2) Sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, poderá ajuizar:

- (a) Mandado de injunção;
- (b) *Habeas Data*;
- (c) Mandado de Segurança;
- (d) *Habeas Corpus*;
- (e) Ação popular.

3) No âmbito da organização do Estado, sabe-se que os Estados-membros podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros. Sobre o tema, aponte a alternativa correta:

- (a) Ao incorporar-se entre si, os Estados-membros podem formar um novo Estado soberano, por meio da secessão;
- (b) Em tais hipóteses de alteração dos Estados-membros exige-se a aprovação do Presidente da República, mediante decreto;
- (c) As hipóteses citadas não necessitam de qualquer forma de consulta popular;
- (d) As alterações dos Estados-membros citadas necessitam de aprovação da população diretamente interessada por meio de referendo;
- (e) São exigidas, para fins de alteração dos Estados membros, de aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, além de aprovação do Congresso Nacional, veiculada por lei complementar.

4) Insere-se no âmbito da competência privativa da União legislar sobre:

- (a) preservação das florestas, fauna e da flora;
- (b) populações indígenas;
- (c) proteção à infância e à juventude;
- (d) orçamento;
- (e) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

5) No que toca aos concursos, cargos, funções e empregos públicos, assinale a assertiva correta, conforme os ditames constitucionais:

- (a) A investidura em cargo ou emprego público, assim como em cargos em comissão, depende de aprovação prévia em concurso público.
- (b) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (c) As funções de confiança e os cargos em comissão não podem destinar-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (d) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (e) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos e naturalizados, na forma da lei.

6) São características do Poder Constituinte Originário:

- (a) Inicial, ilimitado e incondicionado;
- (b) Inicial, limitado e incondicionado;
- (c) Inicial, ilimitado e condicionado;
- (d) Derivado, limitado e condicionado;
- (e) Derivado, ilimitado e condicionado

7) Pela expressão "cláusula de reserva de plenário", prevista no art. 97, da Constituição Federal de 1988, entende-se que:

- (a) somente os tribunais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, vedada tal prerrogativa aos juizes de primeiro grau.
- (b) somente o plenário do Supremo Tribunal Federal pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (c) somente o plenário ou órgão especial dos tribunais pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público em ação direta de inconstitucionalidade;
- (d) os tribunais somente podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público por meio do voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- (e) somente os tribunais superiores podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

8) Não se insere dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- (a) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
- (b) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;
- (c) adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- (d) aposentadoria;
- (e) o pagamento de horas *in itinere*.

9) Insere-se na competência originária do Supremo Tribunal Federal:

- (a) processamento e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade;
- (b) processamento e julgamento dos mandados de segurança e habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- (c) julgamento de conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;
- (d) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;
- (e) julgamento de *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal;

10) São princípios gerais da atividade econômica, EXCETO:

- (a) propriedade privada;
- (b) função social da propriedade;
- (c) busca do pleno emprego;
- (d) assistência ao desamparados;
- (e) redução das desigualdades regionais e sociais.

11) Levando em conta as diversas classificações das constituições, assinale a alternativa que apresenta classificações corretas referentes à Constituição Federal brasileira vigente:

- (a) Constituição rígida e não escrita;
- (b) Constituição analítica e formal;
- (c) Constituição sintética e material;
- (d) Constituição outorgada e dogmática;
- (e) Constituição promulgada e rígida.

12) Os municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- (a) taxas e imposto sobre grandes fortunas (IGF).
- (b) imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD).
- (c) Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e Imposto sobre serviços (ISS).
- (d) imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- (e) Imposto de importação e imposto sobre a transmissão de bens imóveis por ato *inter vivos* (ITBI).

13) Considere a seguinte passagem: “(...) é o vínculo jurídico-político de direito público interno, que faz da pessoa um dos elementos componentes da dimensão do Estado”. A passagem se refere ao seguinte elemento da teoria do Estado:

- (a) Povo
- (b) Nacionalidade
- (c) População
- (d) Cidadania
- (e) Personalidade jurídica

14) São causas de intervenção federal nos Estados, EXCETO:

- (a) manter a integridade nacional;
- (b) assegurar a prestação de serviços públicos;
- (c) repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- (d) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- (e) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

15) A respeito das sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica em sentido estrito, é correto afirmar:

- (a) são criadas por lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo;
- (b) estão sujeitas ao regime de responsabilidade civil objetiva, previsto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal;
- (c) sujeitam-se integralmente ao controle realizado pelos Tribunais de Contas;
- (d) podem contratar empregados permanentes sem a necessidade de concurso público admissional;
- (e) estão dispensadas de realizar licitação.

DIREITO CIVIL

16) A sociedade simples:

- (a) Não pode adotar os demais tipos empresariais, sujeitando-se às regras que lhe são próprias.
- (b) Tem como sócios apenas pessoas naturais.
- (c) Deve adotar como nome a razão social e nela deve figurar o patronímico do sócio fundador.
- (d) Não perde a natureza de sociedade simples, ainda que opte por constituir-se segundo as regras da sociedade limitada.
- (e) Corresponde à sociedade cooperativa e tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial.

17) Marque a opção que reproduz a regra vigente no direito civil brasileiro a respeito da comoriência:

- (a) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- (b) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á morto em primeiro lugar o mais velho.
- (c) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á morto em primeiro lugar o mais novo.
- (d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á morto em primeiro lugar aquele a quem aproveitar disposição testamentária feita pelo comoriente.
- (e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão mortos de acordo com a ordem de vocação hereditária disposta no art. 1.603 do Código Civil.

18) Uma sociedade empresária celebrou com o proprietário de imóvel de destinação comercial contrato de locação por prazo determinado e passou a explorar sua atividade econômica nesse local. Realizou obras e estabeleceu aquele como seu principal ponto de negócios. No curso do prazo da locação, entretanto, o imóvel vem a ser desapropriado. Considerando que a regra vigente quanto à desapropriação é a da indenização integral e que os contratos de locação comercial por prazo determinado conferem ao locatário maior proteção contra a resolução contratual, assinale a resposta correta:

- (a) O contrato de locação não será resolvido e, independentemente da vontade do proprietário do imóvel e do locatário, em razão da desapropriação, passará a figurar como locador o Poder Público.
- (b) A indenização pela desapropriação só compreende o valor da propriedade nua, não havendo qualquer direito à reparação pela perda dos direitos imateriais relacionados ao estabelecimento empresarial.
- (c) A sociedade apenas poderia vir a ser indenizada pelo fundo empresarial se fosse proprietária do imóvel, já que o estabelecimento empresarial é propriedade imaterial, não sendo assegurado ao inquilino qualquer direito reparatório pela sua perda, seja contra o proprietário, seja contra o Poder Público.
- (d) A sociedade inquilina deverá ser indenizada pela perda do ponto empresarial e dos demais direitos imateriais que compõem estabelecimento atingidos pela desapropriação, ainda que tal indenização não se faça no bojo da ação de desapropriação.
- (e) A indenização pela perda do ponto empresarial será devida exclusivamente ao proprietário do imóvel, ainda que este não explore a atividade desenvolvida, uma vez que se trata de direito imaterial vinculado ao imóvel.

19) Uma das principais diferenças que podem ser apontadas entre atos jurídicos em sentido estrito e negócios jurídicos:

- (a) Reside na prévia vinculação aos efeitos definidos em lei no primeiro e na possibilidade de modulação desses efeitos pela vontade do agente no segundo.
- (b) Está na influência da vontade humana na produção do evento jurídico. Nos atos jurídicos, há mero fato da natureza que gera reflexos jurídicos; nos negócios jurídicos se faz indispensável a manifestação de vontade do agente para a produção de efeitos.
- (c) Decorre da licitude ou ilicitude dos efeitos de cada um. Os atos jurídicos são sempre ilícitos, enquanto os negócios são sempre lícitos.
- (d) Está na sua natureza unilateral ou bilateral, sendo os atos jurídicos exemplos de negócios jurídicos unilaterais.
- (e) Se verifica na necessidade de participação de apenas um, ou de mais agentes, para o aperfeiçoamento de cada um.

20) Assinale a opção que contém exemplo de bem divisível:

- (a) um anel.
- (b) uma saca de milho.
- (c) um livro.
- (d) um automóvel.
- (e) um relógio.

21) Quando o aperfeiçoamento de um negócio jurídico se vincula à ocorrência de evento futuro e incerto, se diz que o negócio possui qual dos seguintes elementos acidentais:

- (a) Termo.
- (b) Encargo.
- (c) Prazo.
- (d) Erro ou Dolo.
- (e) Condição.

22) Assinale a opção que apresenta a definição mais correta de domicílio:

- (a) Domicílio é qualquer local onde a pessoa possa ser encontrada, ainda que possua uma residência habitual.
- (b) Domicílio da pessoa natural é o local onde a pessoa estabelece residência com ânimo definitivo.
- (c) O domicílio da mulher é o local de residência do marido.
- (d) Domicílio da pessoa jurídica é o local de residência do seu sócio majoritário.
- (e) Domicílio, residência e morada são conceitos fungíveis e significam o local utilizado como abrigo pela pessoa natural, ainda que de forma eventual.

23) A eficácia do registro da pessoa jurídica quanto à aquisição de personalidade é:

- (a) declaratória.
- (b) constitutiva.
- (c) resolutiva.
- (d) suspensiva.
- (e) translativa.

24) Em matéria de extinção de contratos, é incorreto afirmar que:

- (a) a cláusula resolutiva expressa produz efeitos extintivos independentemente de pronunciamento judicial.
- (b) constitui entendimento unânime no sentido de que é impossível a revisão ou resolução por excessiva onerosidade em contratos aleatórios.
- (c) o fato extraordinário e imprevisível causador de onerosidade excessiva é aquele que não está coberto objetivamente pelos riscos próprios da contratação.
- (d) o distrato deve obedecer à mesma forma exigida para o contrato.
- (e) a cláusula resolutiva tácita depende de interpelação judicial.

25) Em relação ao regime da invalidade do negócio jurídico, assinale a opção errada:

- (a) declarada a nulidade do negócio jurídico, as partes retornam ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.
- (b) a decretação de anulação do negócio jurídico determina o retorno das partes ao estado anteriormente existente, convertendo-se em indenização pelo equivalente apenas em caso de impossibilidade de restituição ao estado anterior.
- (c) o negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, ressalvado direito de terceiro.
- (d) o negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
- (e) a invalidade do instrumento não induz a do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio.

26) Acerca dos institutos da prescrição e da decadência, escolha a alternativa verdadeira:

- (a) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- (b) Sujeita-se ao prazo de decadência de 3 (três) anos a pretensão de reparação civil.
- (c) O Código Civil de 2002 reduziu o prazo ordinário de prescrição para 5 (cinco) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- (d) A prescrição interrompe-se por despacho do juiz, desde que competente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- (e) O juiz não deve conhecer, de ofício, da decadência fixada em lei.

27) Segundo a doutrina, o pagamento é considerado o fim normal da obrigação e, em sentido técnico, corresponde à execução voluntária da prestação devida ao credor, no tempo, no lugar e na forma previstos. Sobre as modalidades de extinção das obrigações, marque a opção falsa:

- (a) O devedor que se tome credor do seu credor, depois de penhorado o crédito deste, não pode opor ao exequente a compensação.
- (b) Terceiro não interessado na extinção da dívida pode pagá-la, se o fizer em nome e à conta do devedor, salvo oposição deste.
- (c) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- (d) A confusão pode verificar-se a respeito de toda a dívida, ou só de parte dela.
- (e) Quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e o do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, de ofício, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação.

28) A sociedade empresária Pé na Tábua Ltda, interessada em se tornar revendedora autorizada de veículos da sociedade empresária JPM Ltda, realizou diversas tratativas pré-contratuais, após esta anunciar em jornal que estaria em busca de novos parceiros e depois de comunicar à Pé na Tábua a avaliação positiva sobre seu interesse, obrigando-a a adiantar o pagamento de certos valores. Ocorre que a fabricante de veículo rompeu, inesperadamente e de forma injustificada, a negociação em curso, negando-se a devolver as quantias adiantadas. Diante deste caso, marque a opção correta:

- (a) A boa-fé objetiva não deve ser observada pelas partes na fase de negociações preliminares e após a execução do contrato, quando tal exigência decorrer da natureza do contrato.
- (b) O dever de reparar decorre apenas do rompimento das tratativas e da não conclusão do contrato.
- (c) No exemplo proposto, o dever de reparação não decorre do simples fato de as tratativas terem sido rompidas e o contrato não ter sido concluído, mas da situação de uma das partes ter gerado à outra, além da expectativa legítima de que o contrato seria concluído, efetivo prejuízo material.
- (d) A vedação do comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*) não se funda na proteção da confiança, a teor dos arts. 187 e 422 do Código Civil.
- (e) As cláusulas abusivas ocorrem exclusivamente nas relações jurídicas de consumo.

29) Assinale a alternativa verdadeira:

- (a) De acordo com a jurisprudência do STJ, não há óbice a que se exija a cláusula penal moratória juntamente com o valor referente aos lucros cessantes, pois aquela funciona como cominação contratual de uma multa para o caso de mora.
- (b) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a cláusula penal moratória funciona como pré-fixação das perdas e danos.
- (c) Inadimplida a obrigação, o devedor responde por perdas e danos, acrescidos apenas de juros.
- (d) Para a caracterização da mora, são irrelevantes o lugar e a forma que a lei ou a convenção estabelecer para o pagamento.
- (e) Em caso de obrigação, positiva e líquida, não adimplida no seu termo, a mora se constitui somente mediante interposição judicial ou extrajudicial.

30) Escolha a opção incompatível com a jurisprudência do STJ sobre responsabilidade civil:

- (a) O titular de blog é responsável pela reparação dos danos morais decorrentes da inserção, em seu site, por sua conta e risco, de artigo escrito por terceiro.
- (b) É civilmente responsável pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, apenas o autor do escrito, não sendo possível responsabilizar o proprietário do veículo de divulgação.
- (c) A ação em que se discute a reparação civil somente estará prejudicada na hipótese de a sentença penal absolutória fundamentar-se, em definitivo, na inexistência do fato ou na negativa de autoria.
- (d) O estado de necessidade não exclui dever de indenizar, mas pode fundamentar a fixação da indenização segundo o critério da proporcionalidade.
- (e) A pensão fixada em ação indenizatória por danos causados em acidente automobilístico é vitalícia, na hipótese de perda permanente da capacidade laboral da vítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31) Assinale, dentre os itens abaixo, aquele que enuncia as formas de aquisição da condição de parte no processo civil:

- (a) perempção, litispendência, cláusula de eleição de foro e continência;
- (b) citação, embargos do executado, contrarrazões ao recurso ordinário e reexame necessário;
- (c) ajuizamento da demanda, citação, sucessão processual e intervenção de terceiros;
- (d) impugnação ao valor da causa, litispendência, recurso adesivo e decadência;
- (e) renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação, agravo interno, exceção de impedimento e suspensão do processo.

32) Acerca dos princípios que norteiam a função jurisdicional, aponte a alternativa incorreta:

- (a) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais;
- (b) As causas cíveis serão processadas e decididas, ou simplesmente decididas, pelos órgãos jurisdicionais, nos limites de sua competência, ressalvada às partes a faculdade de instituírem juízo arbitral;
- (c) O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.
- (d) O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte;
- (e) O juiz conduzirá o processo sempre em benefício do autor, único titular do interesse legítimo à proteção da tutela jurisdicional.

33) A vontade como fonte legítima de direitos, deveres, ônus ou sujeições, no processo civil brasileiro, pode ser exemplificada através do instituto:

- (a) da cláusula de eleição de foro;
- (b) da fundamentação das decisões judiciais;
- (c) da incompetência absoluta;
- (d) da súmula vinculante;
- (e) do reexame necessário.

34) Caio, acionista de uma sociedade anônima, ajuíza demanda em face do Administrador daquela mesma sociedade, para reparação dos danos suportados pela pessoa jurídica em seu patrimônio pela conduta daquele, considerando a inércia por mais de três meses da assembleia-geral em deliberar pela propositura da demanda. Nesta hipótese, com relação à condição da ação da legitimidade das partes, é correto afirmar que:

- (a) Caio age em juízo com base em representação processual;
- (b) Caio age em juízo com base em legitimidade extraordinária, defendendo direito alheio em nome próprio;
- (c) Caio age em juízo com base em sucessão processual;
- (d) Caio age em juízo com base em legitimidade ordinária;
- (e) Caio não detém legitimidade ativa, uma vez que o titular do direito à reparação é a pessoa jurídica.

35) O prazo para a Fazenda Pública apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no procedimento comum ordinário, é de:

- (a) 5 dias;
- (b) 10 dias;
- (c) 15 dias;
- (d) 20 dias;
- (e) 30 dias.

36) Não é órgão do Poder Judiciário:

- (a) O Supremo Tribunal Federal.
- (b) O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- (c) O Conselho Nacional de Justiça.
- (d) A Procuradoria Geral do Estado.
- (e) O Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

37) De acordo com o Código de Processo Civil, não é modalidade de intervenção de terceiros:

- (a) Oposição;
- (b) Nomeação à autoria;
- (c) Mandado de segurança;
- (d) Denúnciação da lide;
- (e) Chamamento ao processo.

38) Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

- (a) julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais dos Estados, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- (b) julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição;
- (c) processar e julgar, originariamente, a representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual;
- (d) processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal;
- (e) processar e julgar, originariamente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

39) Acerca da súmula vinculante, assinale a assertiva correta:

- (a) Todas as súmulas editadas pelo Supremo Tribunal Federal possuem efeito vinculante;
- (b) A edição de súmulas com efeito vinculante não possui amparo constitucional;
- (c) O Supremo Tribunal Federal poderá, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal;
- (d) A edição de súmulas com efeitos vinculantes compete ao Superior Tribunal de Justiça, mediante aprovação da totalidade dos seus membros, em sessão secreta, desde que verse sobre matéria constitucional, vinculando todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- (e) Qualquer Tribunal poderá editar súmulas vinculantes, desde que obedeça aos ditames previstos em lei e contenha matéria de sua competência privativa.

40) Não é requisito de admissibilidade dos recursos:

- (a) Aceitação tácita da decisão pelo *ex adverso*;
- (b) Cabimento;
- (c) Regularidade formal;
- (d) Tempestividade;
- (e) Interesse recursal.

LÍNGUA PORTUGUESA – INTERPRETAÇÃO DE TEXTO**A Revolução da Brevidade***Luís Roberto Barroso*

Toda área do conhecimento humano tem a sua beleza, as suas circunstâncias e as suas dificuldades. O mundo jurídico, tradicionalmente, debate-se com duas vicissitudes: (a) a linguagem empolada e inacessível; e (b) os oradores ou escribas prolixos, que consomem sem dó o tempo alheio. Verdade seja dita, no entanto, o primeiro problema vem sendo superado bravamente: as novas gerações já não falam nem escrevem com a obscuridade de antigamente.

De fato, em outra época, falar difícil era tido como expressão de sabedoria.

Chamar autorização do cônjuge de “outorga uxória” ou recurso extraordinário de “irresignação derradeira” era sinal de elevada erudição. Hoje em dia, quem se expressa assim é uma reminiscência jurássica.

Nos dias atuais, a virtude está na capacidade de se comunicar com clareza e simplicidade, conquistando o maior número possível de interlocutores. A linguagem não deve ser um instrumento autoritário de poder, que afaste do debate quem não tenha a chave de acesso a um vocabulário desnecessariamente difícil.

Essa visão mais aberta e democrática do direito ampliou, significativamente, a interlocução entre juristas e tribunais, de um lado, e a sociedade e os meios de comunicação, de outro. Não se passam dois dias sem que algum julgado importante seja notícia nas primeiras páginas dos jornais.

Pois agora que finalmente conseguimos nos comunicar com o mundo, depois de séculos falando para nós mesmos, está na hora de fazermos outra revolução: a da brevidade, da concisão, da objetividade. Precisamos deixar de escrever e de falar além da conta. Temos de ser menos chatos.

Tenho duas sugestões na matéria. A primeira importa em cortar na própria carne. Petições de advogados devem ter um limite máximo de páginas. Pelo menos as ideias centrais e o pedido têm que caber em algo assim como 20 laudas. Se houver mais a ser dito, deve ser junto como anexo, e não no corpo principal da peça. Aliás, postulação que não possa ser formulada nesse número de páginas dificilmente será portadora de bom direito.

A segunda sugestão corta em carne alheia. A leitura de votos extremamente longos, ainda quando possa trazer grande proveito intelectual para quem os ouve, torna os tribunais disfuncionais. Com o respeito e o apreço devidos e merecidos – e a declaração é sincera, e não retórica –, isso é especialmente verdadeiro em relação ao Supremo Tribunal Federal.

Registro, para espantar qualquer intriga, que o tribunal, sob a Constituição de 1988, vive um momento de virtuosa ascensão institucional, com sua composição marcada pela elevada qualificação técnica e pelo pluralismo. Todos os meus sentimentos, portanto, são bons, e o comentário tem natureza construtiva.

O fato é que, nas sessões plenárias, muitas vezes o dia de trabalho é inteiramente consumido com a leitura de um único voto. E a pauta se acumula. E o pior: como qualquer neurocientista poderá confirmar, depois de certo tempo de exposição, os interlocutores perdem a capacidade de concentração e a leitura acaba sendo para si próprio.

Não há problema em que a versão escrita do voto seja analítica. A complexidade das questões decididas pode exigir tal aprofundamento. Mas a leitura em sessão deveria resumir-se a 20 ou 30 minutos, com uma síntese dos principais argumentos. Ou, em linguagem futebolística, um compacto com os melhores momentos.

A revolução da brevidade tornará o mundo jurídico mais interessante, e a vida de todos nós, muito melhor.

(Fonte: “MP-MG Jurídico”, nº 12, abr./jun. 2008, p. 60-61.)

41) Em relação ao texto, só é correto afirmar:

- (a) por meio de uma estrutura formal, o texto apresenta um ponto de vista, sem chegar, porém, a uma conclusão específica sobre a realidade jurídica.
- (b) é um relato sobre a comunicação jurídica, estando, portanto, isento de qualquer posicionamento, o qual fica a critério de cada leitor.
- (c) cumpre, na sua essência, papel informativo e argumentativo acerca de uma situação vivenciada especialmente no mundo jurídico.
- (d) consiste numa enumeração de argumentos com vistas a punir os responsáveis pelo problema relatado.
- (e) prioriza a narração, inserindo-a num texto opinativo, no intuito de convencer o leitor acerca da tese defendida.

42) A presença dos dois pontos em “O mundo jurídico, tradicionalmente, debate-se com duas vicissitudes: (a) a linguagem empolada e inacessível; e (b) os oradores ou escribas prolixos, que consomem sem dó o tempo alheio.”, se justifica pelo fato de o autor:

- (a) isolar palavras ou expressões que não pertencem ao mundo jurídico.
- (b) indicar que alguém fala de viva voz sobre o assunto do texto.
- (c) marcar uma pausa maior que a vírgula e menor que a do ponto.
- (d) iniciar uma sequência que explica, identifica, discrimina ou desenvolve a ideia anterior.
- (e) evitar o deslocamento de outros termos na sequência natural da frase.

43) Em quase todos os parágrafos o autor tende a utilizar advérbios terminados em “-mente”. Esse uso, do ponto de vista semântico, é uma marca :

- (a) de informalidade
- (b) que conota opinião
- (c) sem valor circunstancial
- (d) que denota finalidade
- (e) espontânea sem qualquer valor semântico

44) Em “ Se houver mais a ser dito...” (7º parágrafo), a palavra “se” estabelece uma relação de condição entre os termos a que se refere. Qual expressão apresenta sentido semelhante, após serem feitas adaptações necessárias na oração?

- (a) já que
- (b) tal qual
- (c) conforme tal
- (d) contanto que
- (e) à medida que

45) Chamar autorização do cônjuge de "outorga uxória" ou recurso extraordinário de "irresignação derradeira" era sinal de elevada erudição. Hoje em dia, quem se expressa assim é uma reminiscência jurássica.

O autor utiliza aspas nesse fragmento. Sobre tais ocorrências, é correto afirmar que as aspas se justificam por:

- (a) marcar a relevância da citação do discurso alheio na atividade jurídica.
- (b) pretender apenas dar aos termos um novo significado.
- (c) reproduzir a fala dos advogados como forma de ilustrar a argumentação do autor.
- (d) destacar os termos, valorizando o sentido original e atual dessas palavras.
- (e) reproduzir o discurso adequado na atividade jurídica.

46) Assinale a opção que permite reescrever as frases abaixo, substituindo, em sequência, as lacunas pelas formas verbais que tornam correta a concordância, de acordo com a língua padrão:

I. _____ às pressas da sala os últimos advogados.

II. _____ na estrada poeirenta da literatura jurídica os termos desgastados.

III. Não se _____ nos planos de reforma da linguagem jurídica.

IV. Os Estados Unidos não _____ o acordo comercial para a publicação de novos livros sobre o discurso jurídico.

V. Perto de vinte juízes _____ hoje.

- (a) Saíram, Sumiam, confiava, aceitaram, faltaram
- (b) Saía, Sumia, confiavam, aceitaram, faltara
- (c) Saíra, Sumiam, confiavam, aceitara, faltaram
- (d) Saíram, Sumia, confiava, aceitaram, faltaram
- (e) Saíram, Sumiam, confiava, aceitara, faltaram

47) A preposição destacada apresenta uma ideia de posse em:

- (a) Chamar autorização do cônjuge
- (b) A interlocução entre juristas e tribunais
- (c) Não se passam dois dias sem que algum julgado importante
- (d) Registro, para espantar qualquer intriga
- (e) Compacto com os melhores momentos

48) Qual das seguintes frases está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa?

- (a) Eram numerosos os exemplos de prolixidade dos advogados.
- (b) No espaço jurídico, haviam muitos bons escritores.
- (c) Impressionava os juízes, as expressões latinas nas petições.
- (d) Os exageros dos advogados deixava o juiz meio surpreso.
- (e) Todos foram no curso melhorar a qualidade do texto.

49) No fragmento "quem não tenha a chave de acesso a um vocabulário desnecessariamente difícil." podemos observar que não há o sinal indicativo de crase. Em qual destas frases a crase deveria ser empregada obrigatoriamente?

- (a) quem não tenha a chave de acesso a essa palavra difícil.
- (b) quem não tenha a chave de acesso a uma difícil palavra.
- (c) quem não tenha a chave de acesso a toda palavra difícil.
- (d) quem não tenha a chave de acesso a difícil palavra.
- (e) quem não tenha a chave de acesso a palavras difíceis.

50) Os estudiosos na área do discurso reconhecem que a melhoria da comunicação jurídica é uma responsabilidade dos próprios operadores do Direito, embora se aguarde ainda por essa conscientização dos profissionais.

Considerando que paráfrase é a reafirmação de um dizer com palavras e/ou frases diferentes, assinale a alternativa que contém paráfrase para o trecho em destaque.

- (a) Os advogados, em sua totalidade, estão empenhados na melhoria na comunicação jurídica.
- (b) Os estudiosos do discurso jurídico são responsáveis pela conscientização dos advogados quanto à melhoria da comunicação jurídica.
- (c) A linguagem arcaica dos advogados está com seus dias contados pela rejeição da própria sociedade.
- (d) Na opinião dos especialistas do discurso, a comunicação jurídica eficaz e eficiente depende do compromisso efetivo dos advogados, fato que ainda não se confirma.
- (e) O processo de melhoria das condições de comunicação dos advogados está sob a responsabilidade dos doutrinadores e da legislação.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

EDITAL

31º - EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE
PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

O PROCURADOR-CHEFE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art.16 do Regulamento do 31º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1) A
- 2) D
- 3) E
- 4) B
- 5) D
- 6) A
- 7) D
- 8) E
- 9) A
- 10) D
- ~~11) E~~ ANULADA
- 12) C
- 13) B
- 14) B
- 15) C

DIREITO CIVIL:

- 16) D
- 17) A
- 18) D
- 19) A
- 20) B
- 21) E
- 22) B
- 23) B
- 24) B
- 25) D
- 26) A
- 27) E
- 28) C
- 29) A
- 30) B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 31) C
- 32) E
- 33) A
- 34) B
- 35) C
- 36) D
- 37) C
- 38) A
- 39) C
- 40) A

LÍNGUA PORTUGUESA - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

- 41) C
- 42) D
- 43) B
- 44) D
- 45) C
- 46) A
- 47) A
- 48) A
- 49) D
- 50) D

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 11 às 17 horas.